

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

## Os riscos ambientais

Quais estão sendo os impactos ambientais da implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul)? Ofuscados pelas consequências econômicas desse passo de integração regional, os países participantes esqueceram-se de avaliar seu provável impacto ambiental. Seria esse novo mercado uma ameaça para o meio ambiente? Estudos realizados pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), indicam o Mercosul como um péssimo negócio para a natureza.



**Seguindo a tradição, parece que será melhor remediar que prevenir**

O Mercosul está promovendo um enorme espaço econômico comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ele estimula a complementação de setores específicos da economia de cada um dos países e amplia a eficiência e a escala de suas atividades produtivas. Países como o Chile e a Bolívia já demonstram seu interesse em integrar o Mercosul.

Acostumada a tratados mais declaratórios do que efetivos, a opinião pública dos países membros ainda observa passivamente sua instalação, com exceção do Uruguai. Ali, o Mercosul é objeto das chamadas na televisão "Uma janela para o futuro". O assunto pode ser discutido com qualquer motorista de táxi em Montevidéu. A recente campanha presidencial uruguaia se envolveu intensamente com o tema, enquanto na nossa o assunto passou despercebido.

Entusiasmo à parte, dos mais de US\$ 50 bilhões que representam o Mercosul, Brasil e Argenti-

na respondem por cerca de 93% desse total. Nas exportações argentinas para o Brasil, cerca de 60% são produtos agropecuários ou agroindustriais. Do Brasil para a Argentina, a agricultura representa menos de 8% das exportações. O fato é que o Mercosul é um grande negócio para o setor industrial e urbano brasileiro.

Para o consumidor brasileiro o Mercosul é uma ótima notícia. Está havendo uma expansão comprovada em vários ramos da indústria, um crescimento do emprego e uma queda relativa nos preços de determinados produtos, sobretudo na área de alimentos, onde aumentará a oferta e a qualidade. O trigo, a lã, o leite, os queijos e o vinho argentinos, por exemplo, ganham dos nossos em qualidade e preço.

Isso provocará a expansão e a redução de determinados tipos de agricultura. Essas alterações no uso tradicional das terras acarretarão mudanças ambientais significativas. É provável que o complexo cerealeiro e leiteiro da Argentina expanda sua área tradicional em direção à pampa seca. A intensificação da pecuária na região pode trazer graves problemas ambientais, chegando até a fenômenos de desertificação.

Complexos hortigranjeiros, hoje inexistentes na província uruguaia de Colônia, estão sendo projetados para o abastecimento de Buenos Aires. Novas bacias leiteiras estão sendo planejadas na fronteira com o Brasil.

As consequências ambientais

desses projetos em termos de erosão e contaminação de solos e água exigem medidas preventivas. Notadamente na bacia do Rio Uruguai, onde problemas de uso inadequado das terras já são críticos.

Mas a redução de determinadas agriculturas pode ser tão nociva ao meio ambiente quanto sua expansão. Estudos preliminares do NMA mostram que a agricultura familiar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sobretudo nas regiões serranas, deverá sofrer um impacto forte com a abertura dos mercados agrícolas. Esses pequenos agricultores produzem trigo, frutas de clima temperado, uva para vinho e leite. Eles tenderão a ser eliminados.

A substituição de culturas perenes tradicionais, protetoras do solo em áreas montanhosas, deverá ocorrer em favor de culturas anuais, com consequências ambientais negativas: uma mistura de erosão e pobreza. A reconversão dos agricultores e de regiões inteiras na pauta dos governos, a exemplo do que já aconteceu na Europa, necessita maior cuidado e atenção.

Da mesma forma se deveria contemplar a questão ambiental, através de instrumentos de planejamento e ordenação territorial. Mudanças no uso das terras, regressões e expansões progressivas da agricultura deveriam ter seus impactos ambientais monitorados por programas nacionais e multinacionais.

O sistema nacional de monitoramento de queimadas — operado pelo Inpe, NMA, Ecoforça e Agência Estado — deverá abranger em caráter piloto parte do Mercosul a partir de junho deste ano. A troca de informações deveria ser ampliada, no campo ambiental, entre as instituições governamentais e não governamentais, sobretudo na

Bacia do Prata e nas áreas de fronteira agrícola do Paraguai e o Centro-Oeste brasileiro.

Grupos de trabalho do governo, na área de agricultura, estão começando a delinear estratégias para minimizar impactos socioeconômicos negativos do Mercosul. E os impactos ambientais? Até agora, aparentemente, nem ambientalistas, nem ministérios do Meio Ambiente, se preocuparam com isso. Quase sem eco, repetimos há três anos estes alertas. Mas, no Brasil, às vezes é preferível silêncio a ouvir absurdos como alguém pedir um Rima do Mercosul.

Seguindo a velha tradição nacional, parece que será melhor remediar que prevenir. Tomara não cheguemos na fase de ações paliativas para problemas ambientais que se tornarão, sem necessidade, crônicos e permanentes. Quase tudo, em termos de impactos negativos, pode ser evitado a tempo no Mercosul agindo-se imediatamente.

Mais que isso. O Mercosul é uma oportunidade para toda a Bacia do Prata ser planejada em conjunto em termos de meio ambiente, a exemplo do que já se faz no campo energético. Legislações ambientais, padrões de qualidade dos alimentos e uso de insumos — como anabolizantes e pesticidas — poderão ser baseados no que cada país tem de melhor.

Esse planejamento, traduzido em ordenação territorial concertada entre os países membros, deverá ser acompanhado por rede específica de informação e monitoramento ambiental. A Bacia do Prata pode ser um excelente ponto de partida. Basta começar.

■ Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia, é professor da USP, pesquisador do NMA da Embrapa e presidente da Ong Ecoforça